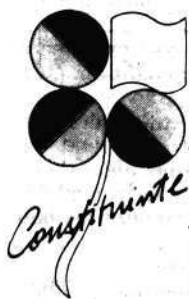


Congresso discute hoje o substitutivo do projeto de convocação da Constituinte

Da Sucursal de Brasília



O Congresso Nacional começa a discutir hoje, em sessão plenária, o projeto de convocação da Constituinte, para passar à sua votação amanhã e encerrá-la na quarta-feira, segundo o calendário estabelecido pela liderança do PMDB.

O deputado Valmor Giavarina (PMDB-PR), 51, relator do substitutivo que será apreciado preferencialmente, admitiu a possibilidade de que o plenário venha a alterar alguns artigos do projeto, na parte referente à anistia. A seu ver, não há nenhuma chance para aprovação da subemenda do deputado Jorge Uequed (PMDB-RS), que reincorpora os militares cassados ao serviço ativo e lhes garante o ressarcimento dos atrasados pelo período em que estiveram fora da caserna. "Mas é possível que, pelo sistema de destaque, sejam colocados em votação alguns trechos ou artigos do substitutivo para alterá-lo, por supressão", afirmou.

Para OAB, governo e Congresso são cúmplices

Da Sucursal de Brasília

"A Nação está a assistir ao acúmulo do governo com o Congresso Nacional, em que o povo é degradado de seu papel natural de protagonista e único interessado, à condição de espectador passivo e policiado". Este é um trecho da Carta de Brasília, divulgada ontem pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e que sintetiza o pensamento dos profissionais, reunidos durante uma semana, no 2º Congresso Nacional de Advogados Pró-Constituinte.

No documento, os advogados afirmam que a Constituição tem que ser "fruto do trabalho do povo", como consequência "inarredável" do princípio de que "todo o poder emana do povo".

"Daí — afirma o documento — a exigência democrática da instalação de uma Assembléia Constituinte exclusiva e não da simples extensão

do Congresso Nacional, de poderes constituintes originários".

Ao final do encontro, os advogados concluíram que "a marginalização da opinião do povo nas grandes decisões políticas, significa a usurpação da soberania popular pelos remanescentes de velhas e viciadas práticas antidemocráticas e oligárquicas, que pretendem, a qualquer preço, manter-se como fatores do povo escravizado, mentalidade ainda hoje preponderantemente presente no Congresso Nacional".

Participação

A Carta de Brasília afirma que as condições pré-constituintes são fundamentais para garantir que a nova Constituição espelhe as exigências básicas da população, além de defender a participação de todos os segmentos sociais na elaboração da nova Constituição, com destaque para a população indígena. "Uma Constituição verdadeiramente demo-

crática — diz o documento — deve assegurar, de modo efetivo e não simplesmente programático, os direitos e garantias individuais e sociais".

Os advogados destacam também a necessidade "inadiável" da redefinição do Poder Judiciário, o compromisso com uma ordem econômica centrada no interesse coletivo e o estabelecimento de mecanismos que assegurem este princípio. "Assim, a reforma agrária há de ter, como objetivo maior, não a proteção do latifúndio, porém a de inserir milhões de brasileiros na cidadania".

O documento, após defender ainda o "direito dos trabalhadores de se organizarem em entidades sindicais autônomas", afirmou: "Conclamamos o povo a não abrir mão de seu inalienável direito, que lhe querem usurpar, de construir a Nação". E declara que os advogados persistirão na luta "por uma Constituição legítima em sua origem, e democrática e popular no seu conteúdo".